

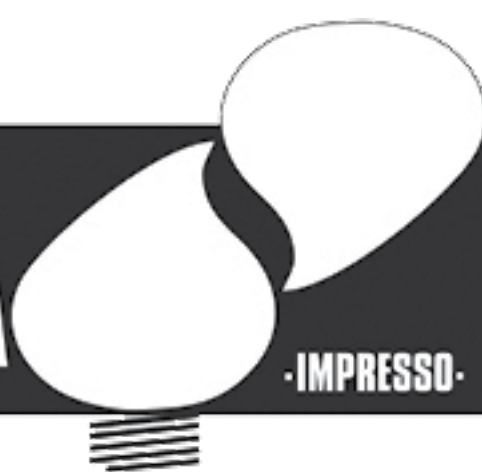


Assembleia
Estadual
06/08

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1321 - 21 de julho de 2016



·IMPRESSO·

MAIS PRIVATIZAÇÕES À VISTA

*Governo acena que, após
venda da Celg outras duas
distribuidoras serão privatizadas*

UM CONSELHEIRO NA PRIVATARIA

*Conselheiro da Angra
será presidente do CA da
Eletrobras*

E O RESTO DO SIRI?

*Apesar de prisões,
muita coisa ainda
está no balaio*



Trabalhadores aprovam por maioria

ACT 2016/18

Direitos e benefícios foram renovados por 2 anos



ACT 2016/18

Direitos e benefícios foram renovados por 2 anos

Na maioria das Empresas do Grupo Eletrobras, as assembleias dos sindicatos que compõem o CNE, que estavam em aberto desde a suspensão da greve no dia 11/07/2016, deliberaram pela aprovação da proposta para fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho. A proposta foi negociada na última reunião com a Eletrobras, realizada no dia 14/07/2016. De acordo com a proposta aprovada, a data base dos eletricitários permanece no mês de maio. Porém todos os benefícios e direitos estabelecidos nos acordos anteriores foram renovados por mais dois anos pelo ACT que passa a vigorar até 2018. O reajuste salarial ficou estabelecido com a reposição integral do INPC acumulado no ano base (9,28%), apesar da sua aplicação parcelada. O parcelamento se dará com a aplicação imediata de 5% retroativos a maio de 2016, e mais 4,28% aplicados em novembro de 2016. Em maio de 2017 ficou garantida a reposição integral do INPC relativo ao primeiro ano da próxima data base. Todos os benefícios serão reajustados de acordo com os percentuais aplicados aos salários. A perda de massa salarial, que pela data base transcorrida, já era de aproximadamente 68% de uma remuneração, ficou agravada pelo parcelamento do reajuste que representou mais cerca de 25% de perda de massa, totalizando uma perda de massa de aproximadamente 93% de uma remuneração. Esta perda, considerando o salário médio nas empresas Eletrobras, certamente não será totalmente compensada pelo abono estabelecido na negociação. O abono será de 02 talões de tickets alimentação a serem pagos em duas vezes, sendo uma parcela em julho outra em outubro. Além destes dois talões, mais um talão será pago em maio de 2017, ficando ainda o compromisso da Eletrobras de discutir com os sindicatos o pagamento de outro talão adicional aos que já estão contratados. Mesmo assim, considerando a conjuntura política e a delicada situação financeira das empresas, o CNE avaliou como positivo o fechamento do acordo sem a necessidade de intervenção do Tribunal Superior do Trabalho (TST),

NOTA DE REPÚDIO

As entidades que compõem a Intersul vêm por meio desta REPUDIAR as atitudes tomadas pela diretoria da Eletrobras, conforme comunicado aos empregados pelo informe DA – 18.07.2016, em retaliação aos trabalhadores que rejeitaram a última contraproposta ao ACT 2016/17, apresentada no dia 14/7. O processo negocial foi marcado por intensas contradições e desconsideração aos trabalhadores por parte da Eletrobras, tanto no que se refere aos atrasos à mesa de negociações, quanto ao retrocesso nos métodos utilizados para coibir os trabalhadores de exercerem seu legítimo direito à greve, consolidado na Constituição Federal. Ora, um processo de negociação coletiva no qual a direção da Empresa desrespeita seus trabalhadores apresenta todas as condições para resultar em desdobramentos indesejados pela Eletrobras.

As atitudes dos negociadores da Eletrobras podem ensejar a compreensão de que há pouca disposição para o diálogo, e práticas obsoletas e retrógradas, que pensávamos terem sido sepultadas com o fim da Ditadura Militar, voltam à cena. Entre outros meios de pressão, a ação policial contra dirigentes sindicais, que resultaram em triste episódio de truculência e constrangimento público e culminou com a prisão desmotivada de cinco trabalhadores

que no histórico recente tem arbitrado reajustes abaixo da inflação, como no caso da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), por isso encaminhou favorável à aprovação do acordo nas assembleias. Das empresas do grupo Eletrobras, até o fechamento desta edição 11 já haviam informado ao CNE que o acordo foi aprovado e outras 04 rejeitaram. Na Eletrosul, os sindicatos que compõem a Intersul finalizaram dia 19 as assembleias que se caracterizaram por uma grande divisão de opiniões. Considerando a posição por sindicato que compõem a Intersul, de um total de 09 sindicatos, 04 aprovaram e 04 rejeitaram a proposta de acordo, sendo que um 01 sindicato a votação ficou empatada. A decisão na Intersul levou em consideração o número total de votantes presentes nas assembleias que determinou a aprovação do acordo por 318 votos favoráveis, 277 votos contrários e 15 abstenções. Nas assembleias também divulgaram a informação de que a Eletrobras autorizou as empresas do grupo a fazerem o pagamento da PLR2015, de acordo com o fluxo de caixa de cada empresa, e apresentou ao CNE um cronograma de valores e datas do pagamento em cada empresa. No entanto, o que está autorizado é apenas a parte incontroversa da PLR, já que não houve acordo até o momento na comissão paritária entre empresa e sindicatos sobre o verdadeiro montante a ser distribuído por cada empresa. Algumas empresas já notificaram aos trabalhadores seu cronograma de pagamento. Os sindicatos ainda buscam uma solução para a parcela de PLR não contemplada na autorização da Eletrobras, e continuam a reivindicar o ajuste de critérios na avaliação de metas e aferição de indicadores dentro dos conceitos defendidos na comissão paritária e que não foram adotados pela Eletrobras. Com o fechamento do ACT e com a discussão sobre a PLR em parte encaminhada, o CNE avalia que pode concentrar as ações em outras demandas dos trabalhadores, como a luta contra as ameaças de privatização que volta a assolar o setor elétrico nacional.

no Rio de Janeiro chocou a categoria eletricitária.

A insatisfação com esse processo se consubstancia na forte reação da categoria observada nas assembleias e na rejeição de muitas bases à proposta final para fechamento do ACT 2016/2017, inobstante a sinalização do Coletivo Nacional dos Eletricitários pela sua aprovação. Essa reação e posicionamento nas assembleias é um direito dos trabalhadores e deveria ser naturalmente encarado pela empresa, num processo negocial tão conturbado.

Assim, entendemos que os comunicados enviados aos trabalhadores das empresas que rejeitaram a proposta caracteriza PERSEGUIÇÃO e DISCRIMINAÇÃO, e nos posicionamos publicamente contra essa atitude, exigindo que a Eletrobras mantenha na íntegra a proposta para as bases que não a aprovaram e garanta sua aplicação isonômica a todas as empresas, quando que vierem a aderir ao acordo. Considerando a importância de manter abertos canais de negociação e comunicação com os trabalhadores isentos de qualquer tipo de coação, exigimos que a Eletrobras se abstenha de praticar medidas discriminatórias como estas, que somente contribuem para a desagregação do clima institucional, com efeitos negativos e prejudiciais para os trabalhadores e para as empresas.

PRIVATIZAÇÃO

MAIS PRIVATIZAÇÕES À VISTA

Governo acena que, após venda da Celg outras duas distribuidoras serão privatizadas

A privatização em curso fará duas novas vítimas. O Ministro de Minas e Energia do Governo Interino, Fernando Bezerra Coelho Filho, afirmou em entrevista ao portal G1 que após o leilão da Celg (Goiás), as distribuidoras do Piauí e de Alagoas deverão ser privatizadas. Além delas, o Ministério afirmou que as distribuidoras do Acre, Roraima e Rondônia também deverão ser privatizadas. A privatização das distribuidoras ainda teve uma "ajuda" do presidente Michel Temer, que publicou uma medida provisória modificando as regras para leilões no setor elétrico, facilitando a vendas das empresas públicas.

SPE's também serão alienadas

A participação da Eletrobras em SPE's também serão alvo de privatização. O governo anunciou que pretende vender a participação da Eletrobras em empresas do setor elétrico, como usinas de geração (hidrelétricas, termelétricas), transmissoras e distribuidoras de energia. A venda de empresas e ativos ligados à Eletrobras liga novamente um alerta nos trabalhadores da Eletrosul, uma vez que em um passado não tão remoto uma parte da empresa foi entregue de mãos beijadas ao patrimônio público. Além disso, a empresa tem sido constantemente elencada como uma das primeiras a ser vendida pelo governo golpista.

CELESC

E O RESTO DO SIRI?

Apesar de prisões, muita coisa ainda está no balaio

As prisões relacionadas a fraudes em licitações da Celesc foi um passo importante para a moralização na empresa. Entretanto, a atuação da Celesc no tratamento das denúncias é condenável. O "Balaio de Siri" começou com a denúncia referente a 4 notas da empresa LMA. Publicada no LV 1089 e apresentadas as denúncias ao Ministério Público, DEIC e auditoria, a Celesc abriu sindicância. Nela, a auditoria interna recomendou a abertura de outras sindicâncias porque novas irregularidades em processos licitatórios foram identificadas. O que a Celesc fez? Nada. Os procedimentos para apuração das supostas irregularidades nos demais Processos de Compra com Dispensa de Licitação nunca foram instaurados. Mas as coisas "estranhas" não param por aí. Ainda em 2012 dirigentes sindicais se reuniram com o Delegado Geral da DEIC, Dr. Akira Sato, juntamente com o Delegado responsável pela investigação à época, onde ambos assumiram o compromisso de finalizar as investigações ainda naquele ano, após acresci-

mentos no efetivo policial. Entretanto, o inquérito policial só foi aberto em 2013, após as investigações serem assumidas pelo Delegado Walter Watanabe. No período da denúncia até agora, 3 delegados passaram pelo processo e, após 5 anos, a investigação continua em andamento. Apesar do empenho do Del. Watanabe, por que tamanha morosidade?

Aliás, a morosidade parece permeiar tanto o inquérito policial quanto o Administrativo. Em 10 maio de 2012, o presidente da Celesc à época homologou o parecer da Comissão de Inquérito, atribuindo a Arthur da Rosa Santos a penalidade de demissão por justa causa. O indiciado recebeu o parecer no dia 23 de maio de 2012, mas a demissão nunca foi concretizada. Em janeiro de 2014, Arthur, protocolou um pedido de anulação do inquérito. Passado quase um ano, em dezembro de 2014 a Celesc respondeu ao MP que o recurso havia sido encaminhado ao Diretor de Distribuição e que o inquérito não estava finalizado. Mas, afinal, qual o prazo de recurso? E a

quantas anda o inquérito, já que ele não foi demitido? A própria prisão de Arthur tem sua particularidade: ela foi decretada não somente pelos crimes contra a Celesc, mas porque, segundo a polícia, o esquema continuou a ser feito na prefeitura de Laguna, onde o prefeito é parente dos presos. E, em 2013, a RIC TV veiculou matéria onde já alertava que as empresas envolvidas no esquema na Celesc atuavam na prefeitura juliana.

Atendendo ao compromisso com a publicidade e moralização na administração pública, o LV disponibiliza aos trabalhadores o número do processo aberto no Ministério Público de Santa Catarina (06.2011.005949-0), em 2011. Quanto à denúncia do TCE, realizada na mesma época, o órgão recusou-se a receber o ofício dos sindicatos, que formalizaram através de reclamação na ouvidoria N°(661/2011). Somente em 2013 a Celesc fez a sua denúncia no Tribunal (RLA 1300762362). Fiquem atentos, pois ainda tem siri escondido neste balaio.

PRIVATIZAÇÃO

UM CONSELHEIRO DA CELESC NA PRIVATARIA

Conselheiro da Angra será presidente do CA da Eletrobras

Os planos do Governo Interino para as empresas públicas são os piores possíveis. Determinado a vender o patrimônio público, os articuladores do golpe voltaram os olhos para o Setor Elétrico, para terminar o trabalho sujo iniciado na década 90. Enquanto buscam exterminar as distribuidoras públicas, já anunciam a venda de ativos da Eletrobras, iniciando pelas distribuidoras federalizadas. E, agora, os celesquianos terão no Conselho de Administração da empresa um membro do conselho de administração dos privatistas. José Luiz Alquéres, representante dos minoritários no CA da Celesc será presidente do Conselho de Administração da Eletrobras. Ou seja, fará parte de um conselho responsável pela privatização do patrimônio público. Alquéres já foi presidente da Eletrobras entre 1993 e 1994. Em entrevista ao portal Ilumina, em maio de 2015, Alquéres elencou como uma de suas principais iniciativas enquanto presidente da estatal a abertura de capital da empresa. Destacou ainda a implementação de "medidas que liberaram a competição no setor elétrico, como, por exemplo, a conclusão pela iniciativa privada de obras de hidrelétricas iniciadas e paralisadas por Furnas e Eletrosul".

Nesta nova empreitada, o desejo dos eletricitários é que Alquéres atue para trazer juízo ao ímpeto privatista do Governo Federal e busque soluções para defender o patrimônio público e o setor elétrico da ganância do mercado. E, à parte do desejo, continuaremos lutando contra as privatizações e os privatistas de plantão.

CELESC

RUMO À ASSEMBLEIA ESTADUAL

Caravana da Intercel encerra com convite para a luta



Após passar em todas as regionais e escritórios, a Caravana da Intercel reforçou aos trabalhadores que agora é hora de lutar por um acordo coletivo justo. Para isso é fundamental que a categoria participe da Assembleia Estadual, onde a pauta reivindicada será unificada, traduzindo os anseios dos trabalhadores nesta negociação coletiva. Além de fechar a pauta, a participação na Assembleia Estadual é o primeiro ato político desta campanha de data-base. A assembleia ocorre em Rio do Sul, no dia 06 de agosto.

CUTUCADAS

PÔR A COMPRA NAS MÃOS DE QUEM QUER VENDER?

A Diretoria Colegiada da Celesc propôs a movimentação do DPSU, que hoje responde à Diretoria de Gestão Corporativa, para a Diretoria de Planejamento. Ou seja: querem dar a prerrogativa das compras nas mãos de quem quer vender a Celesc! Que a Gestão da DGC na área de suprimentos é falha, concordamos. É só ver o relato das constantes faltas de materiais básicos em toda a Celesc. Agora, que se cobre competência na gestão. Dar a prerrogativa de definir o rumo das aquisições nas mãos de um diretor indicado por acionistas que apenas pensam em números e cifras, é pôr em risco o futuro da empresa pública. A ideia da Diretoria, entretanto, não chegou à ir para o Conselho. E é bom que nem vá, viu diretores.

EMPREITEIRA CALOTEIRA

Por pouco uma manifestação de trabalhadores terceirizados não paralisou a Agência Regional de Jaraguá do Sul. Com o pagamento atrasado, o protesto foi adiado por conta de uma "promessa" da quitação da dívida. O caso já é conhecido da diretoria e, infelizmente, recorrente. Já passou da hora da Celesc tomar providências.



Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTS/SC 3489)
 Conselho Editorial: João Roberto Maciel
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000
 (047) 3028-2161 | E-mail: sindesc@terra.com.br
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

O povo tem sina de

BOBO?

por Dino Gilioli

*Cicatrizes relembram memória
privatizar é sinônimo de entregar
demitir retirar direitos*

*Arautos reinventam palavras
anunciam a boa nova
o engodo estético*

*O novo vem travestido
servil ao velho mercado
é fruto de sorrateiro golpe*

*É a glória dos entreguistas
o fulgor dos capitalistas
energia mercadoria dinheiro*

*Bem social é retórica
o rio é de poucos
o lucro é de poucos*

*Grandes corporações
na lama da grana
limpam bolsos do povo*

*Mascaram a mudança
com palavras enfeitadas
sonoras a ouvidos sedentos*

*Cuidado para não ser ludibriado
iludido com promessas envernizadas
o povo tem sina de bobo?*

